

Sarney e João Paulo discutem pauta de votações. Governo tenta acordo

Presidentes do Senado e da Câmara vão consultar lideranças partidárias em busca de consenso sobre funcionamento das duas Casas do Congresso durante o período que antecede as eleições municipais

Jane Araújo



CONSULTAS Sarney e João Paulo buscam entendimento com líderes para definir funcionamento do Congresso

O funcionamento das duas Casas do Congresso durante o período que antecede as eleições municipais foi discutido ontem pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, anunciou que vai buscar um acordo de procedimento com a oposição para montar a agenda de esforço concentrado na próxima semana.

Página 3

Punição de menor infrator pode ser discutida na CAS

Menor de 12 anos que tenha cometido infração prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser encaminhado

imediatamente ao Conselho Tutelar. A medida é prevista em projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que se reúne hoje.

Página 8

Virgílio cobra demissões. Mercadante vê oposição sem discurso

A "imediata demissão" dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirel-

les, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, foi pedida ontem pelo senador Arthur

Virgílio. O líder da Minoria, Sérgio Guerra, considerou "insustentável" a perma-

nência dos dois dirigentes. Mas o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante,

afirmou que o crescimento econômico esvaziou o discurso da oposição.

Páginas 4 e 6

Moreira Matiz



POLÊMICA Para Arthur Virgílio (da tribuna), denúncias são graves e exigem explicações. Mercadante (D) recomenda à oposição que não condene ninguém sem comprovação dos fatos



Roosevelt Pinheiro



RISCO Falta de investimentos em medidas preventivas tem gerado epidemias, alerta Marcos Guerra

Marcos Guerra pede mais investimentos em saúde

A falta de investimentos do governo em saúde, especialmente em medidas preventivas, tem gerado epidemias e permitido que cheguem às cidades doenças que eram típicas da área rural, alertou o senador Marcos Guerra (PSDB-ES). Ele pediu que os senadores pensem na importância de se garantirem verbas para o setor, no Orçamento da União.

Doenças como malária, tifo, dengue, febre amarela e tuberculose estão voltando, lembrou o senador.

– Na opinião do Conselho Federal de Medicina, vários fatores contribuem para o reaparecimento das doenças, que é inversamente proporcional aos investimentos na área da saúde. Dentre esses fatores, destaca-se o abandono das medidas de prevenção e controle – disse Marcos Guerra.

O senador destacou a necessidade de o Legislativo discutir o financiamento da saúde. E mencionou que a Inglaterra, com população três vezes menor que a do Brasil, investe dez vezes mais nessa área.

Luiz Otávio destaca papel social das Forças Armadas

■ Senador elogia o programa Soldado Cidadão, que promove profissionalização dos jovens incorporados

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que as Forças Armadas prestam importante serviço de caráter social à população brasileira, especialmente à juventude. Luiz Otávio destacou que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica contribuem para a educação do povo e ressaltou que a experiência do serviço militar é determinante para complementar a educação formal das



RELEVÂNCIA Para Luiz Otávio, serviço militar complementa educação formal das escolas

escolas, com a transmissão de valores essenciais para a vida em comunidade.

O parlamentar elogiou a criação, pelo governo federal, do

projeto Soldado Cidadão, por meio do qual as Forças Armadas oferecem treinamento profissionalizante com noções de civismo e cidadania aos jovens incorporados. São ministrados cursos como telecomunicações, mecânica de automóveis, construção civil, comércio, informática e saúde.

– Não obstante a grande importância do serviço militar para a formação profissional, não se deve perder de vista o bem maior proporcionado pelas Forças Armadas: uma forte base moral e cívica, que prepara o jovem para a vida em sociedade e para o pleno exercício da cidadania – acrescentou Luiz Otávio.



DIREITO Projeto de Rodolpho Tourinho impede que Receita prolongue o prazo da devolução

Tourinho quer restituição do IR no ano da declaração

Projeto de lei apresentado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) impede que a Receita Federal prolongue o prazo das restituições de Imposto de Renda retido a mais na fonte. O projeto determina que a restituição deve ser feita até o último dia útil de dezembro do ano em que foi feita a declaração de renda. Se a Receita alegar que a declaração se encontra sob investigação fiscal, deve fazer a devolução e concluir o acerto de contas quando terminar o procedimento.

“A restituição de imposto pago a maior no ano seguinte é um autêntico empréstimo compulsório do governo, o que é flagrantemente inconstitucional. Também é moralmente injustificável que o governo possa utilizar dinheiro que não lhe pertence, retendo indefinidamente restituições como forma artificial de construção de superávit primário”, sustenta Tourinho em sua justificativa.

Juros

Para evitar o descumprimento da determinação, o projeto prevê juros de mora por atraso na devolução depois de dezembro, à taxa de 1% ao mês. O senador lembra que já foi um avanço a decisão do Ministério da Fazenda de pagar a taxa Selic sobre os valores restituídos, assim como já cobrava correção monetária de quem devia Imposto de Renda. No entanto, não há nada na legislação que impeça o fisco de adiar a devolução de acordo com o interesse fiscal do governo.

O projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à espera da indicação de relator. Por tramitar em decisão terminativa, se aprovado na comissão o projeto pode seguir para exame da Câmara dos Deputados.

Agenda

Senadores fazem pronunciamentos em Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, sem a votação de projetos. Entre os oradores inscritos para discursar na tribuna estão

os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC). As votações das propostas em pauta serão retomadas na próxima semana.

Comissão pode ampliar seguro-desemprego

Em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 11h, projeto que aumenta para dez meses o período máximo do seguro-desemprego (PLS 54/02). Também serão examinadas a proposta que obriga a impressão de bulas de medicamentos em letras que permitam uma leitura fácil (PLS 24/04) e a proposição que trata da assistência farmacêutica pelo SUS aos portadores de hipertensão arterial (PLS 98/03).



CCJ promove reunião hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar, às 10h, pauta com cerca de 40 itens. O primeiro deles é um requerimento que solicita esclarecimentos da Casa Civil sobre o uso dos cartões de crédito corporativos.

Desmatamento em discussão

No programa *Cidadania* de hoje, exibido pela TV Senado às 13h, o senador Valdir Raupp e o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, falam sobre o desmatamento na Amazônia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Representação contra Crivella chega ao Senado

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou ter recebido oficialmente ontem representação encaminhada por três procuradores da República contra o senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Segundo Tuma, foram enviados à corregedoria um relatório e recortes de notícias divulgadas pela imprensa, sendo que uma delas aponta que uma emissora de TV da Bahia poderia ter como diretor o senador pelo Rio de Janeiro, o que é vedado pela Constituição.

Romeu Tuma disse ter falado com o presidente da Casa, José Sarney, para dar satisfação sobre o recebimento da representação. Afirmou também que irá conversar com o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), para verificar se há diretriz de encaminhamento do problema no colegiado.

De acordo com o corregedor do Senado, não há prazo para tratar do assunto. Ele informou que está sendo feita uma espécie de investigação preliminar para confirmar ou não os dados, já que na representação há muita notícia de imprensa, mas não há prova documental.



SECRETÁRIO Senador pelo Ceará, Luiz Pontes estava licenciado para ocupar cargo no governo do estado

Luiz Pontes reassume mandato

O senador Luiz Pontes, do PSDB cearense, reassumiu ontem o mandato. O parlamentar foi eleito para o Senado em 1998 e licenciou-se no início de 2004, ao assumir o cargo de secretário estadual do governo de Lúcio Alcântara (PSDB), no Ceará.

Com a posse de Luiz Pontes, volta à primeira suplência o empresário agropecuário Reginaldo Duarte.

Sarney e João Paulo consultarão líderes sobre pauta de votações

■ Objetivo é obter consenso sobre o funcionamento do Congresso no período anterior às eleições

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para conversa preliminar sobre a pauta de votações. Sarney disse que ambos consultarão as lideranças partidárias antes de realizar nova reunião, na qual pretendem chegar a consenso sobre o funcionamento das duas Casas do Congresso durante o período que precede as eleições municipais de outubro.

A fórmula em estudo prevê intercalar semanas de votações polêmicas com outras para exame de temas pouco controversos, para compatibilizar a continuidade do trabalho legislativo com a necessidade dos parlamentares de acompanhar o processo eleitoral em seus estados.

Sarney não quis se pronunciar sobre a possibilidade de comparecimento ao Senado do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos sobre denúncias publicadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja*. Ele disse que



ALTERNATIVA José Sarney (C) e João Paulo Cunha (D) buscam solução que compatibilize o trabalho legislativo com acompanhamento das eleições

acabara de chegar de viagem ao exterior e ainda não conhecia o pensamento das lideranças partidárias sobre o assunto.

Acordo

Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que vai buscar acordo de procedimento com a oposição para montar a agenda do esforço concentrado da próxima semana. Ele defendeu a rápida votação do projeto que estabelece as regras para as parcerias público-privadas (PPPs), após o exame das quatro medidas provisórias, do projeto de lei de conversão e da proposta que prorroga incentivos ao setor de informática que estão bloqueando a pauta do Plenário.

Na opinião do líder, deve ser promovido esforço "suprapartidário" para votação do projeto das parcerias, que ele apontou como fundamental para continuidade do crescimento econômico e da geração de empregos. Ele afirmou estar aberto a um entendimento sobre dispositivos da proposta criticados pela oposição.

– O projeto pode ser aprimorado e as sugestões são bem-vindas. Sem as parcerias, não teremos como suportar o crescimento da produção – assinalou Mercadante, após retornar de reunião, no Palácio do Planalto, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a respeito da elaboração de uma agenda para a retomada

Ministro do STJ discute reforma do Judiciário

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro Antônio de Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que sugeriu idéias de cunho técnico para a redação da proposta de reforma do Judiciário. O ministro afirmou que a súmula vinculante, embora já aprovada, precisa sofrer adaptação de ordem técnica.

– Vim conversar com o presidente Sarney sobre alguns textos da reforma do Judiciário, mas na verdade não há uma grande polêmica. São mudanças mais de ordem redacional e por isso nós viemos trazer essa matéria à consideração do presidente do Senado.

Durante a conversa, disse o ministro, foram abordadas

genericamente a súmula vinculante e o controle externo do Judiciário, os dois assuntos que mais levantaram polêmica na reforma.

– A essa altura, não cabe mais muita alteração dos textos. Já estão aprovados. Mas há certos aspectos de adequação que são importantes e foi sobre isso que falamos.

De acordo com Pádua Ribeiro, o presidente Sarney encaminhará suas sugestões aos órgãos técnicos do Senado, para que considerem se há procedência ou não nas sugestões oriundas do STJ. Na próxima semana, a Casa deverá votar os destaques à reforma do Poder Judiciário que aguardam deliberação.

Governador de Sergipe contesta decisão dos EUA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o governador de Sergipe, João Alves Filho, que falou sobre o desenvolvimento econômico de seu estado e todo o Nordeste a partir do estímulo à carcinicultura, criação de crustáceos em viveiros. O governador contestou as restrições impostas pelos Estados Unidos às importações de camarão do Brasil.

– Não procede a ação do governo Bush, que acusou o Brasil de estar promovendo *dumping* e estabeleceu sobretaxa brutal contra nossas exportações – disse João Alves Filho. Conforme afirmou, é a alta produtividade que permite aos exportadores brasileiros oferecer preços altamente competitivos no

mercado internacional.

Mercadante lembrou que, nos últimos 12 meses, foi registrado crescimento de 4,7% do produto interno bruto (PIB). Além disso, observou, no mesmo período ocorreu um superávit de US\$ 30,8 bilhões na balança comercial, muito superior ao projetado. E a indústria já ocupa 84% de sua capacidade produtiva, índice mais elevado, registrou, dos últimos anos.

O desafio do país no momento, para Mercadante, é garantir as condições para que se mantenha o ritmo da retomada do crescimento econômico. Entre as medidas que ele apontou como necessárias, estão o estímulo fiscal à realização de aplicações financeiras de longo prazo, abrindo espaço à ampliação do crédito ao setor produtivo, e a aceleração da implantação do "marco institucional" para o crescimento.

Por isso, o líder defendeu a busca de entendimento para a rápida votação do projeto que regulamenta as PPPs. Ele considerou "procedente" o argumento da oposição de que a proposta deve ser compatível com a responsabilidade fiscal e admitiu que o texto pode ser aperfeiçoado. Mas ressaltou que a proposta deve conter garantias claras para os investidores, pois envolverão contratos de 30 a 40 anos.

mercado internacional.

O governador acaba de chegar de visita à China, maior produtor mundial de camarão, onde o índice de produtividade é de duas toneladas por hectare ao ano, semelhante ao obtido nos Estados Unidos. Já em Sergipe e nos outros estados do Nordeste do Brasil, a produtividade chega a 15 toneladas, pois o clima quente permite dois a três cultivos anuais, e em cada um a produtividade é de 6,5 toneladas por hectare.

João Alves Filho informou que está em fase final de aprovação o zoneamento agroecológico de Sergipe, o que dará ao estado "condições excepcionais" de atrair novos investidores para a carcinicultura.

GOVERNO

Denúncias da imprensa envolvendo presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil levam senadores a cobrar esclarecimentos e até a demissão de Henrique Meirelles e Cássio Casseb

Virgílio pede demissão de Meirelles e Casseb

Diante das denúncias publicadas pelas revistas *Veja* e *IstoÉ*, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), pediu ontem a “imediata demissão” dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb.

– Presidente do Banco Central e do Banco do Brasil não deve lidar com doleiro. Eles têm que ser honestos e parecer honestos. Os fatos são graves e exigem explicações. Ao presidente Lula não resta alternativa a não ser a demissão dos dois dirigentes – afirmou.

Arthur Virgílio disse que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se comporta como uma avestruz, fingindo que, ao seu redor, tudo está em paz.

– Não está. Por isso, é hora de o presidente não se fazer de avestruz e de desenfiar o bico do buraco, que pode ser muito profundo. Os fatos de que a nação vai tomando ciência são repletos de contradições. Tudo muito parecido com o governo petista – alertou.

Virgílio observou que não é normal que o Banco do Brasil se coloque a serviço de um partido político, como aconte-



ADVERTÊNCIA Arthur Virgílio afirma que o presidente da República está se comportando como avestruz

ceu com a compra de ingressos para o *show* da dupla Zezé di Camargo e Luciano, organizado para ajudar a construção da nova sede do PT.

– Os fatos que trazem o presidente do BC ao noticiário são do conhecimento da sociedade. O afastamento de Luiz Augusto Candiota, que era o diretor de Política Monetária do BC, está longe de explicar ou de desviar a crise eclodida ao lado do cofre da União. Ninguém estranha. Só o presidente Lula não parece impressionar-se com o que é por demais evidente – acrescentou.

Sérgio Guerra diz que situação dos acusados é insustentável

Falando como líder da Minoria, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse ser insustentável a permanência no cargo dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb. Ambos foram acusados em reportagens recentes: o primeiro, de ter cometido irregularidade fiscal e o segundo, de transferência ilegal de recursos para o exterior. Mas o líder afirmou não acreditar que as demissões ocorram agora, a dois meses das eleições municipais. Segundo ele, a oposição não tem interesse em desestabilizar o governo e “tampouco criar focos de instabilidade a uma política econômica que, no geral, tem nossa concordância”.

– Não se pode ter o presidente do Banco Central acusado

de irregularidade fiscal, não se pode ter o presidente do Banco do Brasil acusado de transferência ilegal de recursos para o exterior – ressaltou.

Sérgio Guerra lembrou ser “inimaginável” que o Banco do Brasil continue a ser presidido “por alguém acusado pelo que foi”, sem que até agora tenha havido esclarecimento convincente. Também observou que o presidente do Banco Central “de um país respeitável como o Brasil” não pode estar envolvido nos assuntos que afetam Henrique Meirelles.

O líder criticou ainda o financiamento parcial, pelo Banco do Brasil, de espetáculo para ajudar o Partido dos Trabalhadores. E acrescentou que a campanha do PT é agora reconhecida não mais pela estrela

O líder do PSDB ressaltou que Senado e Congresso Nacional estão prontos para reiniciar os debates sobre a autonomia do Banco Central, mas observou que a demissão de Meirelles passou a ser um pré-requisito fundamental para isso. Ele lembrou que Senado e Congresso estão preparados também para o exame de novos nomes para substituir Casseb e Meirelles.

– É fundamental que a escolha recaia em figuras respeitáveis e de reputação ilibada – recomendou.

Exagero

Arthur Virgílio apontou otimismo exagerado nos discursos dos senadores petistas, por entender que será impossível manter os bons resultados da economia nos últimos três meses, se não houver investimentos estrangeiros maciços e melhor administração da máquina pública, que não consegue gastar sequer os recursos orçamentários previstos.

Ele advertiu, ainda, para os escândalos sucessivos que vêm abalando o governo e que, por não serem devidamente explicados, terminam por minar a credibilidade do Executivo no exterior.



CUIDADO Segundo Sérgio Guerra, oposição não tem interesse em desestabilizar o governo

vermelha ou por seus militantes, mas por seu alto custo.

– Encontro campanhas que nunca imaginei que um partido no Brasil pudesse fazer, com financiamentos muitas vezes inexplicáveis, como esse do Banco do Brasil. Um partido dos trabalhadores não pode se apresentar como esse se apresenta no Brasil, com campanhas milionárias – frisou.



PRAZO José Agripino espera até hoje por explicações espontâneas dos dois dirigentes de bancos

Agripino quer ouvir presidentes do BC e do BB

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse que se até hoje os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, não tomarem a iniciativa de comparecer ao Senado para apresentar sua versão sobre as irregularidades em que estariam envolvidos, conforme denúncias feitas pela imprensa, o PFL tomará a iniciativa de fazer o convite formal para que eles deponham na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Agripino afirmou que, depois do caso Valdomiro, o governo do PT ficou com sua credibilidade abalada e “de nada adiantará emitir nota oficial”. Para ele, é preciso que os presidentes do BC e do BB compareçam ao Senado e, “de viva voz, expliquem temas como diferença entre domicílio eleitoral e fiscal, compra e venda imobiliária sem pagar impostos e transferência de quase US\$ 600 mil ao exterior, também sem pagar os impostos devidos”.

O senador observou que o povo brasileiro tem o direito de conhecer os fatos verdadeiros, e os senadores têm o dever de cobrar essa verdade.

– Se existem explicações claras e cabais, que venham ao Senado para expor suas justificativas.

Agripino disse que embora o mercado não tenha dado sinais de estar sendo afetado, o mesmo não estaria acontecendo com a população, “que está perplexa com a insistência com que as revistas e os jornais publicam manchetes com acusações de corrupção dentro do governo”.



GARANTIA Suplicy diz que Henrique Meirelles e Cássio Casseb não serão desrespeitados por senadores

Suplicy defende presença espontânea no Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, que compareçam espontaneamente ao Senado Federal para responder às denúncias de irregularidades contra eles. Ambos são acusados de fraude contra a Receita Federal (contas no exterior não declaradas). Casseb também é acusado da compra, pelo Banco do Brasil, de R\$ 70 mil em ingressos para um *show* de Zezé di Camargo e Luciano realizado para angariar fundos para a construção da nova sede do Partido dos Trabalhadores.

Suplicy disse que esteve primeiro com Meirelles e informou a ele que sua presença no Senado seria uma ótima oportunidade para apresentar os números favoráveis da economia brasileira, como o crescimento do emprego, a inflação sob controle e a possibilidade de um crescimento sustentado, indicadores positivos que não ocorriam em mais de 20 anos.

– Aos dois eu afirmei que não há qualquer risco de que sejam desrespeitados, e tomar a iniciativa de vir espontaneamente seria um dado favorável a eles – relatou Suplicy.

O senador contou que, a Cássio Casseb, propôs que expusesse a melhoria que vem sendo conseguida no microcrédito, com efeitos positivos na economia.

– Houve irregularidade no episódio da compra de ingressos para o *show*, mas o presidente do Banco do Brasil explicou que o problema foi sanado e que isso nunca mais vai acontecer – destacou Suplicy.

GOVERNO

Aloizio Mercadante diz que desempenho do governo do PT incomoda a oposição. Azeredo defende revisão de dívidas dos estados administrados pelo PSDB. Suassuna afirma que a convocação da CFC depende de quórum



DEPOIMENTO Ney Suassuna deve colocar em votação requerimento de autoria de Arthur Virgílio

Suassuna pode reunir CFC para votar convite a Casseb

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou ontem que, se houver possibilidade de quórum, poderá convocar reunião do colegiado ainda para esta semana, a fim de votar requerimento do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que pede o comparecimento do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb. Virgílio pretende que ele esclareça os critérios de distribuição de patrocínios da instituição. O requerimento foi apresentado durante o recesso parlamentar.

– Esta semana tenho dúvidas de que dará quórum. Se der, eu convocarei a comissão e colocarei o requerimento em votação. A decisão é do corpo da comissão – afirmou.

Caso não seja feita logo a convocação, os senadores da CFC devem reunir-se na pró-

xima semana para analisar o requerimento de Virgílio. As sessões ordinárias da comissão realizam-se às quartas-feiras, às 11h30.

Segundo o líder do PSDB, o requerimento foi motivado pela publicação na imprensa, no dia 15 de julho, da informação de que o BB estaria apoiando a dupla de cantores Zezé di Camargo e Luciano. A renda dos *shows* da dupla, segundo as notícias, seria revertida para a construção da nova sede nacional do PT.

– Os jornais noticiam que o Banco do Brasil estaria distribuindo verbas públicas a quem se dispusesse a ajudar na construção da nova sede do PT, em São Paulo, avaliada em R\$ 15 milhões – afirma Virgílio, em seu requerimento.

O líder do PSDB registra ainda no requerimento que a dupla de cantores receberia R\$ 5 milhões para bancar as despesas com a *turnê* e, assim, reverter os recursos arrecadados no *w* para o partido.

Depois da denúncia que motivou o requerimento de Arthur Virgílio, Zezé di Camargo e Luciano realizaram *show* no restaurante Porcão, em Brasília, e, de acordo com a imprensa, o BB teria comprado convites no valor de R\$ 70 mil. Sobre esses novos fatos, Suassuna disse que ainda não foi apresentado nenhum requerimento e que não recebeu qualquer esclarecimento do Banco do Brasil.

– Sempre fui pela transparência, acho que o governo tem a obrigação de facilitar todas as informações para isso – declarou Suassuna acerca da possibilidade de convidar Casseb.

Sarney recebe novo diretor indicado para Banco Central

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem o economista Rodrigo Telles de Rocha Azevedo, indicado pelo presidente da República para substituir Luiz Augusto Candiota na Diretoria de Política Monetária do Banco Central.

Candiota demitiu-se depois que foi veiculada pela revista *IstoÉ* denúncia de que teria omitido bens e movimentações financeiras de sua declaração de renda.

Acompanhado do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, a quem visitou

antes da audiência com Sarney, Rodrigo Azevedo deixou o Senado sem falar com a imprensa. Disse que, como ainda terá seu nome avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos, não se sente à vontade para dar declarações como indicado para assumir uma diretoria do Banco Central.

Rodrigo Azevedo é gaúcho de Porto alegre, bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo e doutor pela Universidade de Illinois (EUA), onde defendeu tese sobre a volatilidade no mercado de ações do Brasil.

Mercadante: crescimento tira discurso da oposição

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), leu da tribuna várias manchetes de jornais dos últimos dias, todas registrando crescimento da economia, aumento do emprego e do otimismo empresarial, e recorde de exportações, para sustentar que os partidos de oposição “perderam o discurso”. Por isso, afirmou, os opositoristas têm se concentrado nos casos dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb. Os dois vêm sendo acusados, em reportagens, de sonegação fiscal.

– Está acontecendo tudo que a oposição dizia que nunca ocorreria no governo Lula. Isso os incomoda, mas o Congresso não pode deixar de discutir a fundo uma agenda nacional que ajude a sustentar o crescimento da economia. O Congresso tem de terminar a reforma tributária e a reforma do Judiciário. O Senado tem de votar o projeto das parcerias público-privadas. A oposição não pode brigar com os fatos e querer limitar a agenda do país – sustentou. Mercadante pediu que os opositoristas não condenem os presidentes do Banco



DECISÃO Mercadante pede votação de uma agenda nacional para sustentar desenvolvimento

Central e do Banco do Brasil sem comprovação de fatos.

– Vamos chamar o Cássio Casseb e o Meirelles, mas que eles falem também dos bons resultados econômicos que estão ajudando a consolidar – sugeriu.

Depois de informar que esteve no final de semana em 25 municípios, o líder do governo assinalou que “as ruas estão aplaudindo a volta do emprego e do crescimento”.

– A oposição tem o direito de cobrar atitudes dos homens públicos, mas não podemos nos esquecer que Henrique

Meirelles foi fiscalizado, quando presidente de banco no Brasil e nos Estados Unidos, por autoridades bancárias brasileiras e norte-americanas. Pedir a demissão de homens públicos sem direito de defesa não é aceitável – continuou o líder governista.

As manchetes de jornais lidas por Aloizio Mercadante informam que a taxa de desemprego caiu por dois meses seguidos; o crédito aumentou 16%; a ocupação da indústria subiu para 83% (a mais alta em quase dez anos); as vendas industriais cresceram 20%; os empresários já programam investimentos; as exportações bateram o recorde de US\$ 90 bilhões nos últimos 12 meses; e o saldo da balança de comércio do Brasil chegou a US\$ 30 bilhões, o mais alto da história do país.

– Quantas vezes a oposição disse que o país não tinha rumo? O rumo está aí. É o do crescimento, do emprego, dos gastos sociais. Cabe agora ao Congresso fazer a sua parte. O projeto das PPPs (parcerias público-privadas) é fundamental na agenda nacional – arrematou o líder do governo no Senado.

Azeredo afirma que recursos federais são mal distribuídos

A excessiva arrecadação do governo e a “hipercentralização de recursos arrecadados e mal distribuídos pela União” foram criticadas ontem, em Plenário, pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que destacou reunião dos governadores do seu partido no Tocantins, na última segunda-feira, quando esses problemas foram discutidos.

Na ocasião, frisou, foram cobrados do governo a revisão dos valores dos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a revisão das dívidas dos estados governados pelo PSDB, “que aguardam o estabelecimento de limites suportáveis para honrarem” esses débitos, e investimentos em rodovias.

Azeredo destacou ainda as críticas que o PSDB vem fazendo à discriminação do governo em relação a estados e prefeituras administrados pelo partido, “que geram o maior PIB brasileiro”. Segundo o senador, somente estados e prefeituras comandados pelo PT e aliados políticos do governo conseguem as verbas necessárias a projetos fundamentais.

O senador manifestou também sua preocupação com o rumo do domínio petista no quadro político do país.

– Depois de experiências nefastas, acompanha-se com preocupação o aparelhamento partidário praticado pelo PT nos órgãos públicos – disse Azeredo, citando como exemplo a participação do Banco do Brasil na compra de ingressos



AValiação Eduardo Azeredo destaca reunião, no Tocantins, de governadores do PSDB

de *show* destinado a arrecadar fundos para a sede do PT.

Conforme salientou, foram investidos R\$ 70 mil no *show* para a sede do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, um prédio que deverá custar R\$ 15 milhões. “É constrangedor o uso de recursos de um banco público para a aquisição de patrimônio de um partido que está no poder”, afirmou ele.

GOVERNO

Jorge Bornhausen afirma que brasileiros estão decepcionados com o presidente Lula. Sérgio Guerra pede convocação de Henrique Meirelles e Cássio Casseb

Povo mostrará nas urnas a sua insatisfação, prevê Bornhausen

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) opinou que o eleitor brasileiro demonstrará nas próximas eleições sua insatisfação com o governo federal. Bornhausen disse que recentes pesquisas apontam que a população está preocupada sobretudo com o crescimento do desemprego e da violência.

Na avaliação do senador, as pessoas estão decepcionadas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois ele, quando candidato à Presidência, prometeu gerar 10 milhões de empregos em quatro anos e criar, sob sua coordenação, uma secretaria nacional para melhorar a segurança em todos os estados.

Bornhausen comentou que a secretaria foi criada, mas a violência não diminuiu. Com relação aos empregos, o senador por Santa Catarina observou que a campanha promovida pelo governo federal anunciando a criação de 800 mil empregos formais em 2004



DIFICULDADES População se preocupa com desemprego e violência, destaca Bornhausen

não deve ser comemorada. Ele comparou que no ano passado o país perdeu 1 milhão de postos por causa da recessão e que este ano 1,6 milhão de jovens ingressarão no mercado de trabalho.

As denúncias envolvendo membros do governo com irregularidades e o aumento da carga tributária, segundo o senador, também são apontadas

pelas pesquisas como motivos para a popularidade do governo e do presidente estarem caindo. Bornhausen declarou que, desde o surgimento do escândalo Waldomiro Diniz e da reação do governo de orientar sua base no sentido de não permitir a instalação de comissão parlamentar de inquérito para apurar o caso, foram inúmeras as notícias de quebra de ética e corrupção envolvendo autoridades federais sem que investigações sérias fossem realizadas.

Por último, Jorge Bornhausen comemorou o fato de a população e a classe empresarial estarem se mobilizando para impedir o governo de aumentar mais ainda a carga tributária. E informou que neste sábado ocorrerá em todas as capitais brasileiras e em outros 96 municípios um evento chamado de Feira dos Impostos, com o objetivo de mostrar a incidência de impostos nos respectivos produtos.

Em aparte, o senador Sérgio

Guerra (PSDB-PE) sugeriu que as pessoas reajam com indignação “ao dismantelo, à desordem e aos evidentes sinais de corrupção” patrocinados por integrantes do governo federal. Ramez Tebet (PMDB-MS) expressou satisfação em constatar que a sociedade está começando a exigir a diminuição da carga tributária.

Já Heráclito Fortes (PFL-PI) comparou o episódio da compra, pelo Banco do Brasil, de R\$ 70 mil em convites para um show cuja renda seria revertida para a construção da nova sede do PT com um suposto “trote” ocorrido no governo Fernando Henrique, quando o *Diário Oficial da União* noticiou a contratação de uma cantora para comemorar o aniversário do presidente. A contratação foi desmentida, mas o senador lembrou que parlamentares do PT pediram imediatamente o *impeachment* de Fernando Henrique e a demissão de todos os envolvidos.

Comissão pode convocar Meirelles e Casseb

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) apresentou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) três requerimentos em que pede a convocação dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, do Banco do Brasil, Cássio Casseb, do Banco Popular (subsidiária do BB criada para atender à população de baixa renda), Ivan Guimarães, do diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, Henrique Pizzolatto, e do tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

A convocação de Meirelles seria para prestar esclareci-

mentos à CAE sobre as suspeitas de sonegação fiscal e evasão de divisas publicadas pelas revistas semanais *Veja* e *IstoÉ*. Já Casseb para falar sobre as denúncias de que teria omitido de sua declaração de bens e rendimentos duas contas bancárias mantidas no exterior.

O presidente do Banco do Brasil também explicaria as denúncias de que teve suas atividades monitoradas pela empresa Kroll Associates, inclusive um suposto encontro secreto com executivos da empresa Telecom Itália, em Portugal, em maio de 2003. Casseb seria

ainda convocado para explicar o gasto de R\$ 70 mil na compra de mesas e ingressos para o show da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, com renda revertida em favor da construção da nova sede do PT.

Os outros três convocados também prestariam informações sobre o evento.

Suplicy discute

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário visita que fez ontem ao presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, em que discutiu a possibilidade de Casseb e o presidente do Banco Central,

Henrique Meirelles, comparecerem à CAE para prestar esclarecimentos.

– Seria uma oportunidade de o presidente do Banco Central analisar com os senadores a evolução econômica do banco. No caso do Banco do Brasil, o bom desempenho da instituição seria um tema a ser debatido na Casa – enfatizou Suplicy, que pediu à Mesa a inserção nos Anais do Senado de ofício de Casseb aos parlamentares esclarecendo denúncias de possível uso do BB para angariar fundos para a nova sede do PT.



SOCORRO Ramez Tebet elogia auxílio brasileiro às vítimas de acidente em Assunção

Tebet se solidariza com famílias paraguaias

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) se solidarizou com “a dor e o sofrimento do povo paraguaio” no episódio do incêndio em um supermercado da periferia de Assunção que vitimou cerca de 450 pessoas.

– Trata-se de um povo amigo, bom, e que, com toda certeza, chora a morte de seus entes queridos. Nós aqui, no Brasil, não podemos ficar alheios a isso – declarou, elogiando a decisão do governo brasileiro de enviar socorro médico, remédios, equipamentos e material hospitalar ao Paraguai.

Ao ressaltar as similaridades socioculturais entre os povos brasileiro e paraguaio, Tebet observou que essa afinidade se mostra ainda maior em Mato Grosso do Sul, com cinco municípios limítrofes com o Paraguai.

– Embora enfrente dificuldades, a Santa Casa de Misericórdia de Campo Grande abriu suas portas para atender aos feridos – informou o senador.

Quanto à denúncia de que os donos do supermercado teriam ordenado o fechamento da loja para impedir que os clientes saíssem sem pagar, o senador peemedebista considerou “que não adianta analisar a causa (do incêndio) ou o gesto tresloucado de fechar as portas para impedir a saída das pessoas”.

Dizendo ter muitos amigos em Assunção, o parlamentar de Mato Grosso do Sul sustentou que uma atitude como essa não pode ser confundida com a conduta do povo paraguaio.



Serys aplaude decisão filipina de retirar tropas do Iraque

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) – foto – elogiou a decisão da presidente das Filipinas, Gloria Arroyo, de determinar o retorno àquele país do contingente militar que prestava serviços auxiliares às tropas de ocupação no Iraque. A decisão visou salvar a vida de um motorista de caminhão que fora se-

questrado e ameaçado de morte.

Serys citou a dependência financeira e militar filipina em relação aos Estados Unidos como forte razão para que Arroyo não cedesse aos sequestradores.

– Foi preciso uma mulher no governo de um país periférico para mostrar os caminhos do humanismo

e da verdade, situando a vida humana acima dos interesses econômicos – disse, acrescentando que, se muitos tiverem a coragem de tomar gestos como esse, os tiranos poderão ser eliminados do planeta.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que Serys enviasse cópia de seu discurso à

embaixada das Filipinas em Brasília e também para a presidente Gloria Arroyo.

Serys registrou ainda a realização da 2ª Conferência Nacional por uma Educação no Campo, que acontece esta semana em Luziânia (GO), e do 3º Fórum Mundial de Educação, que está ocorrendo em Porto Alegre.



MODERNIDADE Em Manaus, técnico do Instituto Genius explica funcionamento do projeto a Tuma

Tuma conhece em Manaus tecnologia de transcrição da fala

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) visitou a sede do Instituto Genius de Tecnologia, em Manaus, no final de julho, para conhecer o projeto de desenvolvimento de tecnologias de reconhecimento de fala. O Senado Federal está examinando

a realização de parceria com a instituição para modernizar os serviços de taquigrafia da Casa. A tecnologia poderá auxiliar os taquígrafos no trabalho diário de transcrição das sessões e reuniões realizadas no Senado.

Tuma solicitou parecer da Assessoria Jurídica da Casa para saber se é viável a assinatura de contrato de parceria do Senado de apoio ao instituto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a um fundo

de pesquisa gerenciado pelo governo federal.

– Acho que é um projeto muito bom, foi apresentado ao presidente José Sarney e ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, e a outros diretores da Casa – afirmou.

Pavan reclama de corte em verbas para a BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou ontem o corte feito pelo governo nas verbas aprovadas pelo Congresso para a duplicação da BR-101 (Rio Grande do Norte-Rio Grande do Sul) no trecho que cruza o estado de Santa Catarina. Conhecida como “rodovia da morte”, a BR-101 perdeu R\$ 15 milhões dos R\$ 60 milhões que lhe haviam sido destinados.

O parlamentar catarinense observou que o corte nos recursos prejudicará as obras projetadas para dar maior segurança à estrada e melhorar a qualidade dos transportes de cargas, inclusive da produção agropecuária. A rodovia também é chamada de “corredor do Mercosul”.

Pavan protestou ainda contra o corte de verbas para a mesma rodovia no Plano Plurianual (PPA), do qual foram retirados R\$ 160 milhões, valor que, no entender do senador, coincide com os R\$ 159 milhões destinados à compra do novo avião presidencial.

As críticas do senador se estenderam aos discursos de autoridades e parlamentares da base de apoio ao governo, que têm comemorado a retomada do crescimento econômico e a queda do desemprego. Na opinião de Pavan, o governo tem se vangloriado de conquistas que são fruto de esforços de governos anteriores, ao invés de se ater ao que efetivamente conquistou.



INSEGURANÇA Pavan diz que trecho da rodovia que cruza Santa Catarina perdeu R\$ 15 milhões

Motta pede isenção para obras de infra-estrutura

■ Senador sugere criação de câmara de gestão para administrar recuperação de rodovias no país

Ao atestar a precariedade dos corredores de transporte no país, especialmente o rodoviário, o senador João Batista Motta (PMDB-ES) anunciou ontem a intenção de apresentar projeto de lei para isentar de tributação obras públicas de infra-estrutura. Ele propôs ainda que o governo federal crie uma câmara de gestão, nos moldes da implantada na época da crise energética, em 2001, que se encarregaria de administrar a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação das rodovias.

– Se o governo agisse com determinação e um mínimo de responsabilidade nessa área, já teria atentado para o estado de



PREJUÍZO Motta afirma que empresa de seu estado perdeu 28 carretas na pista esburacada da BR-101

nossas estradas – afirmou. Para ilustrar o abandono das rodovias federais no Espírito Santo, Motta comentou que, no trecho da BR-101 que liga o estado ao sul da Bahia, a Aracruz Celulose perdeu 28 carretas na pista “esburacada e intransitável” no período de 30 dias.

Conforme acrescentou, três empresas que utilizam a via para escoamento de seus pro-

duto decidiram realizar uma operação tapa-buracos com terra batida. O parlamentar peemedebista queixou-se ainda da condição obsoleta dos portos do Espírito Santo, situação que teria levado os empresários do ramo de granito a recorrer à estrutura portuária do Rio de Janeiro para exportar sua produção. A ausência de um aeroporto de porte internacional no estado foi outro alvo de reclamação.

João Batista Motta também aproveitou a oportunidade para se despedir do senador Marcos Guerra (PSDB-ES), suplente do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que encerra hoje sua passagem no Senado, com o retorno do titular do mandato.

Além de reconhecer em Marcos Guerra “um homem de valor, sério e direito”, manifestou satisfação com o retorno de Gerson Camata, na sua opinião “o melhor governador que o Espírito Santo já teve”.

Marco Maciel cobra recursos da União para BR-232

O senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheça os esforços feitos pelo governador Jarbas Vasconcelos para ampliar a BR-232, que percorre o estado de Pernambuco desde a capital, Recife, até a cidade de Parnamirim, e libere com rapidez os recursos para que o povo pernambucano não pague sozinho essa obra.

Denominada Rodovia Luiz Gonzaga, a via tem mais de 550 quilômetros de extensão e, segundo o parlamentar, é considerada a espinha dorsal do estado, percorrendo 24 municípios da região metropolitana, zona da mata, agreste e sertão de Pernambuco.

Marco Maciel disse que a Rodovia Luiz Gonzaga é, social e economicamente, essencial

para o estado e para o Brasil. Ele também afirmou que, autorizado pelo governo federal, mas sem ter ainda recebido todo o dinheiro necessário da União, o governador Jarbas Vasconcelos já duplicou o trecho da rodovia entre Recife e Caruaru e agora está iniciando a segunda fase do projeto: a duplicação do trecho Caruaru-São Caetano, numa extensão de 20 quilômetros.

– Um dos nossos grandes problemas atuais é a expansão e melhoria da infra-estrutura nacional, para fazer face às necessidades de desenvolvimento do país, especialmente nas regiões de menor desenvolvimento relativo, como é o caso do Nordeste e do Norte do Brasil – argumentou o parlamentar em defesa da liberação

dos recursos da União.

Maciel também disse que, em solenidade ocorrida na semana passada, o governador Jarbas Vasconcelos, na presença do vice-governador e de parlamentares federais e estaduais, autorizou as obras que serão executadas por meio da Secretaria de Infra-Estrutura de Pernambuco. Ele informou que, na realização dessa fase do projeto, está prevista a criação de 500 empregos diretos, 1.500 indiretos, além da geração de impostos de R\$ 9 milhões.

No mesmo discurso, Marco Maciel registrou as mortes do ex-senador Murilo Paraíso, que foi secretário de Viação e Obras Públicas, professor da Escola de Engenharia, deputado estadual e presidente da Companhia de Eletricidade de Pernambuco; e

Projeto de lei disciplina investimento mínimo da Cide

O governo federal poderá ser obrigado a observar um percentual mínimo de aplicação dos recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na conservação, recuperação e ampliação da malha rodoviária nacional. Essa exigência está prevista no Projeto de Lei do Senado 33/04, do senador César Borges (PFL-BA), a ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com a proposição, 20% das verbas da Cide destinadas aos programas de infra-estrutura de transportes deverão ser investidas nesses serviços. Ao estabelecer esse percentual, César Borges também teve a preocupação de deixar claro que a fixação desses valores não deve levar em conta gastos com pagamento de pessoal e dívidas do setor anteriores ao exercício de 2004.

– A utilização atual da Cide está hoje inteiramente desvirtuada – afirmou.



IMPORTÂNCIA Marco Maciel destaca que rodovia pode ser considerada a espinha dorsal do estado

do ex-deputado estadual Felipe Coelho, eleito onze vezes consecutivas para o cargo.

– Devo dizer que o falecimento desses dois ilustres políticos muito entristeceu Pernambuco e tornou nosso estado menor. Mas é bom ter presente que eles nos deixaram grandes exemplos.

Suplicy: filme *Pelé Eterno* pode estimular população

■ Senador destaca passagens da vida do jogador, que acabou se tornando o "atleta do século 20"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a recomendar ontem o filme *Pelé Eterno*, que o emocionou de maneira especial. Dirigido por Aníbal Massaini, e com a participação de importantes personagens do futebol, *Pelé Eterno* mostra 350 dos mais de mil gols feitos pelo "atleta do século 20" durante sua carreira no Santos, na Seleção Brasileira e no Cosmos de Nova York.

O filme narra a história de Pelé desde a infância em Três Corações (MG) e Bauru (SP), onde começou a jogar por inclinação nata e por influência do pai, Dondinho. A este prometeu um título mundial para o Brasil, quando o viu chorando pela derrota da seleção, em 1950. O título viria em 1958, quando



CONFIANÇA Suplicy volta a recomendar a obra para crianças e adultos da periferia de São Paulo

Pelé contava com 17 anos.

Além de ressaltar o extraordinário talento do Rei do Futebol, o senador chamou a atenção para a sua infância de menino pobre, que teve de trabalhar para ajudar a família. E observou a importância do sucesso de Edson Arantes do Nascimento para elevar a auto-estima da população negra, por ser um exemplo de fé

e determinação.

– Tenho sugerido à prefeita Martha Suplicy, de São Paulo, que nos centros educacionais unificados, que são agora os cinemas e teatros, na periferia de São Paulo, dê a oportunidade para todas as crianças e adultos assistirem a esse filme devido à inspiração que lhes poderá dar para acreditarem em si mesmas e conseguirem superar os grandes obstáculos que, por vezes, as pessoas têm na vida – disse o senador.

Suplicy, que é torcedor do Santos, acredita que o filme *Pelé Eterno* tem contribuído também para estimular os atuais jogadores do time. Eles assistiram à película com o próprio Pelé e, depois disso, têm ganho jogos de goleada.

A coletânea de gols reafirma a técnica extraordinária do eterno camisa 10 do Santos, que revelava domínio da bola, criatividade, rapidez de raciocínio e forma física muito além da média de seus contemporâneos.



ACORDOS Ideli também pediu às lideranças esforço para votação da reforma do Judiciário

Ideli anuncia reajuste de 15% para merenda escolar

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), anunciou o aumento dos repasses da merenda escolar pelo governo federal de um total de R\$ 0,13 por criança para R\$ 0,15, um reajuste de 15%. Segundo ela, 37 milhões de crianças da pré-escola e do ensino fundamental serão beneficiadas pelo aumento. Ela lembrou que foi o segundo aumento na merenda escolar do governo Luiz Inácio Lula da

Silva, depois de dez anos sem qualquer reajuste.

Ideli apelou ainda aos líderes para que, durante o esforço concentrado deste período pré-eleições, haja acordos pela votação da reforma do Judiciário, do projeto de lei da biossegurança e das parcerias público-privadas.

– Eu sei que todo mundo quer aproveitar o período anterior às eleições para desgastar o governo, para ocupar espaços, para criticar e cobrar, mas eu faço um apelo: vamos também pensar no país, aprovar os projetos de que tanto o país precisa – disse.

Ideli aproveitou para convocar os outros dois senadores de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB) e Jorge Bornhausen (PFL), para que compareçam hoje, às 12h, à audiência do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo

O ministro, informou Ideli Salvatti, vai apelar ao presidente do TCU para que libere o edital das obras de reforma da BR-101. A senadora lamentou que o edital tenha sido questionado quando de sua publicação, com alegações de sobrepreço de R\$ 30 milhões.

CAS deve votar liberdade para menores infratores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá votar hoje projeto de lei do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prever que o menor de 12 anos que tenha cometido ato infracional seja encaminhado imediatamente ao Conselho Tutelar. De acordo com a proposição, em nenhuma hipótese a criança de até 12 anos de idade que tenha cometido ato infracional será privada de sua liberdade.

Também deverá ser votado pela CAS, em turno suplementar, substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto do ex-senador Lauro Campos, segundo o qual o seguro-desemprego poderá ser concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses. A legislação em vigor concede o benefício ao trabalhador que se encontra

desempregado pelo período de quatro meses. O projeto original (PLS 54/02) pretendia fixar em dez meses o período de concessão do seguro-desemprego, o que foi modificado pelo relator.

Na mesma reunião, os integrantes da CAS também deverão votar, em turno suplementar, substitutivo apresentado a projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para estabelecer que o empregador deverá registrar na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, além do endereço, o nome completo da empresa, o número de registro dela no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou o nome e número do registro geral de identidade civil, o número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas, se



ESTATUTO Valmir Amaral quer encaminhar crianças diretamente para os conselhos tutelares

for o caso, além do número de inscrição do empregado como segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, em qualquer caso.

Oito projetos que estão na pauta não poderão ser votados hoje porque tramitam em caráter terminativo. Todas as decisões definitivas do Senado estão suspensas até que o Plenário vote quatro medidas provisórias, um projeto de lei de conversão e um projeto de lei da Câmara que estão bloqueando a ordem do dia.

Duciomar elogia governo pelo aumento do repasse

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) cumprimentou o governo federal pelo aumento no valor do repasse para a merenda escolar. Mesmo considerando que dois centavos por aluno representam um reajuste pequeno, ele comentou que o importante é o gesto, a sinalização de que o programa é importante. Duciomar lembrou que ocupou diversas vezes a tribuna do Senado para pedir o aumento desse repasse.

– Fico muito feliz com a notícia, mas, junto com os apelos que fiz com relação ao aumento do repasse para a merenda, também tentei por várias vezes sensibilizar o governo em relação ao Fome Zero. A união deste programa com o de merenda escolar seria uma forma de melhorar o atendimento para os que mais necessitam – afirmou.



UNIÃO Duciomar defende trabalho conjunto dos programas de merenda com o Fome Zero

Outro assunto abordado pelo senador paraense foi a decisão do Supremo Tribunal Federal de inocentá-lo de acusações levantadas durante a campanha eleitoral do ano 2000. As denúncias apontavam que ele tinha dois cadastros de pessoa física (CPFs) e se valia de um falso diploma para exercer a advocacia.

Duciomar Costa informou que processará os autores das denúncias e pedirá uma reparação pelo dano moral sofrido.